



RESOLUÇÃO Nº 02, DE 24 DE MARÇO DE 2018.

“Estabelece critérios e condições para recebimento de doações de pessoas físicas ou de outro meio legal para as campanhas de candidato ou do partido em suas respectivas circunscrições, e estabelece ainda, diretrizes e parâmetros para a realização de gastos na campanha eleitoral de 2018 em todas as Unidades da Federação.”

A Comissão Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PATRIOTA no uso de suas atribuições instituídas no artigo 12, artigo 33, inciso III, artigo 38, incisos IV, VII e IX, artigo 45, inciso II, todos do estatuto nacional registrado no C. Tribunal Superior Eleitoral em 19.09.2017, e ainda em conformidade com o artigo 7º, § 1º da Lei 9.504/1997 & artigo 17 da Constituição Federal, visando definir e estabelecer critérios e normas para a formação de coligações nas Eleições de 2018:

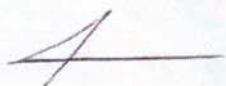
RESOLVE:

Artigo 1º. Todos os recursos financeiros recebidos de pessoas físicas ou por outro meio legal destinados para as campanhas eleitorais, respeitados os limites impostos pela legislação em vigor, serão de exclusiva responsabilidade dos candidatos ou arrecadadores, mesmo que tais valores venham a transitar na conta corrente específica partidária, de qualquer circunscrição de atuação, assim como sua destinação do recurso e sua prestação de contas perante a justiça eleitoral.

Artigo 2º. É obrigatória a identificação da origem dos recursos arrecadados pelo partido em todas as suas circunscrições de atuação, independentemente se tais recursos forem ou não aplicados em campanha eleitoral.

Artigo 3º. Todos os recursos financeiros recebidos de pessoas físicas que forem arrecadados pelo partido em qualquer das circunscrições de atuação partidária, e ainda com relação aos recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) que, forem revertidos para serem utilizados nas campanhas eleitorais de seus candidatos, nos termos definidos pela Direção Executiva Nacional do partido.

Parágrafo Primeiro. Os valores repassados pela Direção Nacional para as Direções Estaduais do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PATRIOTA, oriundos do Fundo Partidário, que não forem utilizados nas eleições de 2018 pelas direções estaduais ou por seus candidatos, deverão ser devolvidos à Direção Nacional do PARTIDO





ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PATRIOTA em data anterior o prazo final entrega das respectivas prestações de contas perante a Justiça Eleitoral.

Parágrafo Segundo. Os valores oriundos do Fundo Partidário, serão repassados pela Direção Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PATRIOTA, levando-se em consideração para definição de valores, as necessidades e potencialidades das campanhas eleitorais beneficiadas, com prevalência para as campanhas de deputados federais, visando que o partido ultrapasse a tal “Cláusula de Barreira Partidária”, instituída pela Emenda Constitucional nº 97/2017.

Artigo 4º. Os recursos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC que não forem utilizados nas campanhas eleitorais deverão ser devolvidos na sua integralidade para o Tesouro Nacional, no momento da apresentação da respectiva prestação de contas, nos termos da Lei 9.504/1997.

Artigo 5º. Tanto a Direção Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PATRIOTA, bem como as Direções Estaduais e Municipais do partido, nos termos do artigo 15-A da Lei 9.096/95, não respondem solidariamente por obrigações assumidas por candidatos e por direção partidária contratante.

Artigo 6º. Nenhum candidato apresentado pelo PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PATRIOTA para a Justiça Eleitoral está autorizado a contratar para sua respectiva campanha eleitoral, serviços e ou adquirir bens em nome do partido (circunscrição nacional, estadual ou municipal), mesmo que tal candidato ostente cargo de direção partidária.

Artigo 7º. Toda e qualquer doação eleitoral que fora realizada em desacordo com a legislação eleitoral vigente, não poderá ser aplicadas nas campanhas eleitorais do partido neste ano de 2018, e deverão ser obrigatoriamente devolvidas, no final das eleições de 2018, à União, e em caso de recurso oriundo de fonte vedada, deverão ser devolvidos imediatamente ao respectivo doador, nos termos da legislação eleitoral vigente.

Parágrafo Único. O candidato que eventualmente for beneficiado pelo recebimento de recursos de origem considerada de fonte vedada pela Justiça Eleitoral, responderá pela referida irregularidade, que será aferida no ato da análise e julgamento de sua respectiva prestação de contas eleitoral perante a justiça eleitoral.

Artigo 8º. A Direção Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PATRIOTA, não se responsabilizará por qualquer debito assumido por candidatos e ou Direção Executiva Estadual do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PATRIOTA de quaisquer Unidade da Federação, seja oriundo de debito de campanha ou

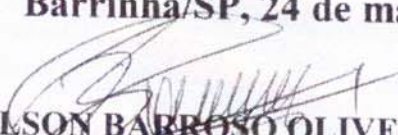


não, os quais não tiverem anuência expressa da Direção Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PATRIOTA, nos termos do artigo 29, § 3º da Lei 9.504/1997.

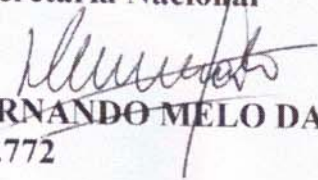
Artigo 9º. Os casos omissos ou controvertidos serão dirimidos pela Comissão Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL – PEN / PATRIOTA, se necessário.

Artigo 10. Esta Resolução interna partidária entra em vigor na presente data.

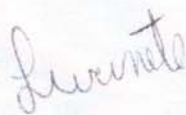
Barrinha/SP, 24 de março de 2018.


ADILSON BARROSO OLIVEIRA
Presidente Nacional


RUTE FERREIRA DE LIMA OLIVEIRA
Primeira Secretária Nacional


PAULO FERNANDO MELO DA COSTA
OAB/DF 19.772













candidato. Serão agendadas novas provas, durante a semana e/ou nos domingos, em datas e horários a serem definidos, que serão divulgados pela Internet e/ou por outros meios de comunicação. 2.ª) PROVA POR AGENDAMENTO - Datas e horários de provas: a partir de 12 de abril de 2018, de 2.ª a 6.ª-feira, às 16 horas e sábado, às 10 horas, sendo que o limite de vagas para cada horário será de vinte candidatos por laboratório. Além das provas Tradicional e por Agendamento, e por meio do Boletim de Desempenho Individual de Notas do ENEM, ao critério da Instituição, também poderá ser realizada a seleção dos candidatos simplesmente por meio de uma redação, ou ainda, por meio de uma redação acompanhada da análise do Histórico Escolar do Ensino Médio. Neste caso, basta realizar a inscrição, fazer a redação e entregar uma cópia autenticada (ou apresentar o original e entregar uma cópia) do Histórico Escolar do Ensino Médio dentro dos prazos especificados. Nessas condições, a nota será padronizada e será classificada no curso o candidato que obtiver nota igual ou superior à nota mínima exigida para a classificação no mesmo curso na 1.ª fase, reservando-se sempre o número de vagas oferecidas. Durante o período de realização do Processo Seletivo, independentemente da fase realizada, a composição das vagas poderá ser alterada, ao critério da Comissão Organizadora do Processo Seletivo/Vestibular. O candidato deve participar da 1.ª fase, pois, com a nota obtida, estará concorrendo nas demais fases. Mas poderá também melhorar sua nota participando das fases seguintes. Poderão inscrever-se para concorrer às vagas do Processo Seletivo 2018-2.ª) Semestre candidatos que tenham concluído ou venham a concluir o ensino médio até o mês de julho de 2018. Candidatos que concluírem o ensino médio após julho de 2018 serão considerados treineiros. Todos os candidatos, inclusive os que ainda cursam a última série do ensino médio, devem estar cientes de que, caso não consigam comprovar, até a época da matrícula, a conclusão do ensino médio, por meio da apresentação dos documentos legalmente exigidos, será feita uma matrícula condicional. Essa matrícula será efetuada com a apresentação dos correspondentes comprovantes, até o dia 10/8/2018, improrrogavelmente. Caso contrário, a matrícula condicional poderá ser anulada, sem direito a qualquer reclamação ou recurso. 2. DAS VAGAS, TURNOS DE FUNCIONAMENTO, ATOS DE AUTORIZAÇÃO OU RECONHECIMENTO E CONCEITOS DOS CURSOS: As vagas apresentadas a seguir são as vagas totais de cada um dos cursos. No Processo Seletivo 2018-2.ª) Semestre, serão oferecidos os cursos com vagas remanescentes do Processo Seletivo 2018-1.ª) Semestre (ou seja, as vagas totais de cada um dos cursos, menos o número de renovações de matrícula do 1.º período para o 2.º período letivo, em agosto/2018, constituem o número efetivo de vagas para o Processo Seletivo 2018-2.ª) Semestre). Para informar-se sobre o número de vagas remanescentes de cada um dos cursos oferecidos, compareça ou entre em contato com a Secretaria da Instituição. Cursos Superiores Tradicionais: Administração - 300N - Rec. Port. n.º 304/15; Ciências Contábeis - 100N - Rec. Port. n.º 64/15; Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) - 100N - Rec. Port. n.º 67/15; Direito - 100N - Rec. Port. n.º 1.012/17; Turismo - 100N - Rec. Port. n.º 1.095/06. (N = noite). As vagas oferecidas no Processo Seletivo 2018-2.ª) Semestre que, porventura, não forem preenchidas poderão ser remanejadas para outra seleção para os mesmos cursos. Os cursos e vagas que dependem de autorização do MEC poderão ser incluídos em uma fase posterior. Todas as convocações de aprovados levarão em conta o número de vagas para o curso, turno e/ou campus. As demais condições mantêm-se inalteradas em relação ao Edital de 10 de julho de 2017, publicado no DOU, em 22/8/17.

São Luís, 20 de fevereiro de 2018.
NEWTON ROBERTO GREGÓRIO MORAES
Presidente da Comissão

OI MÓVEL S.A.
CNPJ/MF: 05.423.963/0001-11
NIRE: 53300006989

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2017

(Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1.º, da Lei nº 6.404/76). 1. Local, Data e Hora: Realizada na sede social da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica, térreo, parte 2, CEP: 70.713-900, no dia 18 de dezembro de 2017, às 20h. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presenças, ainda, os Srs. Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, Eurico de Jesus Teles Neto e a Sra. Daniella Gesztker Ventura. 3. Mesa: Como Presidente, o Sr. Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão e, como Secretária, a Sra. Daniella Gesztker Ventura. 4. Ordem do Dia: Alteração na composição da Diretoria Estatutária da Companhia 5. Deliberação: Por proposta do Presidente, a Acionista aprovou a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão da assinatura da Acionista, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Relativamente ao único item da Ordem do Dia, foi consignado o recebimento, em 24 de novembro de 2017, da carta de renúncia do Sr. Marco Norei Schroeder ao cargo de Diretor Presidente. Em razão da referida renúncia, a Acionista aprovou a eleição do Sr. EURICO DE JESUS TELES NETO, abaixo qualificado, para o cargo de

Diretor Presidente da Companhia, em complementação do mandato em curso, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária de 2019, deixando nesta data de ocupar o cargo de Diretor sem designação específica para o qual havia sido eleito em 28 de abril de 2016. O Diretor eleito neste ato firmou, na presente data, o respectivo Termo de Posse e Declaração de Desempedimento, que fica arquivado na Companhia, no qual declarou não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer o cargo para o qual foi eleito neste ato. Considerando a alteração na Diretoria, as acionistas decidiram consolidar a composição da Diretoria Estatutária da Companhia, que, a partir desta data, fica integrada pelos seguintes membros: (i) como Diretor Presidente, o Sr. EURICO DE JESUS TELES NETO, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 0002709809, expedida pela SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.562.505-97, e (ii) como Diretor de Finanças e como Diretor sem designação específica o Sr. CARLOS AUGUSTO MACHADO PEREIRA DE ALMEIDA BRANDÃO, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 6832979, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 987.611.886-20; todos com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8.º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pela Acionista, representando a totalidade do capital social. A presente certidão é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. Brasília, 18 de dezembro de 2017. Carlos Augusto M. P. de A. Brandão - Presidente da Mesa, Daniella Gesztker Ventura - Secretária. Acionista: Telemar Norte Leste S/A - Em Recuperação Judicial. Carlos Augusto M. P. de A. Brandão, Eurico de Jesus Teles Neto. JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL. Certifico o registro em 27/03/2018, sob o número 1026727. Protocolo: 180471830.

SAULO IZIDORO VIEIRA
Secretário Geral

PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 23 DE MARÇO DE 2018

"Estabelece que as Direções Estaduais Definitivas e Provisórias do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, poderão deliberar internamente, atendendo as especificidades locais e políticas do partido, para a realização de coligações para as eleições de 2018 na respectiva circunscrição com quaisquer partidos políticos reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, sem a interferência da Direção Nacional do partido."

A Comissão Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA no uso de suas atribuições instituídas no artigo 12, artigo 33, inciso III, artigo 38, incisos IV, VII e IX, artigo 45, inciso II, todos do estatuto nacional registrado no C. Tribunal Superior Eleitoral em 19/09/2017, e ainda em conformidade com o artigo 7º, § 1º da Lei 9.504/1997 e artigo 17 da Constituição Federal, visando definir e estabelecer critérios e normas para a formação de coligações nas Eleições de 2018.

Considerando que o partido em 26/08/2017 realizou sua convenção nacional, na qual formalizou a alteração estatutária com alteração de sua denominação para PATRIOTA, bem como, alterou também o seu estatuto onde este restringe sobremaneira o desenvolvimento e articulações políticas para a celebração das coligações estaduais. Considerando que a alteração estatutária de 26/08/2017 possui somente o seu registro civil, e que, portanto, ainda pendente de homologação / julgamento pelo plenário do TSE - Tribunal Superior Eleitoral - processo nº 0001535-72/2011.6.00.0000, considerando que o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 97/2017, a qual introduziu a "Cláusula de Barreira partidária" no sistema eleitoral e partidário brasileiro. Considerando que o PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA é um partido jovem registrado perante a Justiça Eleitoral no último ano de 2012. Considerando que no último dia 27.01.2018, fora realizado o IX Encontro dos Presidentes Estaduais do partido, onde se discutiu a orientação do partido pela flexibilização da restrição imposta para a realização de coligações, para que o partido ultrapassasse a "Cláusula de Barreira" instituída pela referida Emenda Constitucional nº 97/2017.

RESOLVE: Artigo 1º. Todos os Diretores e Comissões Provisórias ou definitivas do partido registrados perante a Justiça Eleitoral, realizarão as respectivas convenções partidárias para escolha de candidatos e formação de coligações no período determinado nos termos da legislação em vigor, que vai de 20 de julho a 5 de agosto de 2018, conforme alteração dada a Lei nº 9.504/97, pela Lei 13.165/2015. Parágrafo Único. Obrigatoriamente a respectiva Ata da Convenção Partidária de escolha de candidatos para as eleições de 2018 na respectiva circunscrição e Unidade da Federação, deverá ser lavrada em livro próprio, aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral da respectiva circunscrição, e publicado o seu conteúdo após 24 (vinte e quatro) horas de sua realização no site do partido da respectiva Unidade da Federação, ou qualquer outro meio de comunicação. Artigo 2º. Fica estabelecido que as Direções Estaduais Definitivas e Provisórias do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, registradas perante a Justiça Eleitoral, poderão deliberar internamente, atendendo as especificidades locais e políticas do partido, para a realização de coligações para as eleições de 2018 na respectiva circunscrição, com quaisquer partidos políticos reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral em até 06 (seis) meses antes do pleito eleitoral, visando o

lançamento de candidatos para as eleições proporcionais na respectiva Unidade da Federação, nos termos do artigo 4º da Lei 9.504/97, com redação dada pela Lei 13.488/2017, desconsiderando para as eleições de 2018 o parágrafo único do artigo 3º do estatuto aprovado por unanimidade do dia 26/08/2017. Parágrafo Único. Todos os critérios estabelecidos pelas Direções Estaduais do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, nas suas respectivas Convenções Partidárias visando a participação do partido nas eleições de 2018, quanto aos critérios de formação de suas coligações Majoritárias e ou proporcionais, a Direção Nacional partidária em momento algum interferirá em tal escolha estabelecida pela respectiva Direção Estadual do Partido (definitiva e ou provisória), seja em sede administrativa interna, como também ainda, não interferirá quanto ao critério de escolha e formação de coligações também em sede judicial. Artigo 3º. Todas as Direções Estaduais Definitivas e Provisórias do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, registradas perante a Justiça Eleitoral, estão obrigadas a escolherem e apresentarem candidatos ao cargo de deputado federal na respectiva Unidade da Federação e circunscrição de atuação partidária. Parágrafo Primeiro. A direção partidária estadual do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA que não apresentar candidatura ao cargo de deputado federal competitives para as eleições de 2018, na respectiva circunscrição de atuação, sofrerá intervenção partidária, com a consequente anulação de sua comissão executiva e diretório do partido. Parágrafo Segundo. Havendo a necessidade da escolha de novos candidatos, o pedido de registro deverá ser apresentado à Justiça Eleitoral nos 10 (dez) dias seguintes à decisão, na forma do §4º do art. 7º da Lei nº 9.504/97. Artigo 4º. Os casos omissos ou contrários serão dirimidos pela Comissão Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, se necessário. Artigo 5º. Esta Resolução interna partidária entra em vigor na presente data.

Barrinha/SP, 24 de março de 2018.
ADILSON BARROSO OLIVEIRA
Presidente Nacional

RUTE FERREIRA DE LIMA OLIVEIRA
Primeira Secretária Nacional

PAULO FERNANDO MELO DA COSTA
Advogado Oab/Df 19.772

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 24 DE MARÇO DE 2018

"Estabelece critérios e condições para recebimento de doações de pessoas físicas ou de outro meio legal para as campanhas de candidato ou do partido em suas respectivas circunscrições, e estabeleçam ainda, diretrizes e parâmetros para a realização de gastos na campanha eleitoral de 2018 em todas as Unidades da Federação".

A Comissão Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA no uso de suas atribuições instituídas no artigo 12, artigo 33, inciso III, artigo 38, incisos IV, VII e IX, artigo 45, inciso II, todos do estatuto nacional registrado no C. Tribunal Superior Eleitoral em 19/09/2017, e ainda em conformidade com o artigo 7º, § 1º da Lei 9.504/1997 e artigo 17 da Constituição Federal, visando definir e estabelecer critérios e normas para a formação de coligações nas Eleições de 2018. RESOLVE: Artigo 1º. Todos os recursos financeiros recebidos de pessoas físicas ou por outro meio legal destinados para as campanhas eleitorais, respeitados os limites impostos pela legislação em vigor, serão de exclusiva responsabilidade dos candidatos ou arrecadadores, mesmo que tais valores venham a transitar na conta corrente específica partidária, de qualquer circunscrição de atuação, assim como sua destinação do recurso e sua prestação de contas perante a justiça eleitoral. Artigo 2º. É obrigatória a identificação da origem dos recursos arrecadados pelo partido em todas as suas circunscrições de atuação, independentemente se tais recursos forem ou não aplicados em campanha eleitoral. Artigo 3º. Todos os recursos financeiros recebidos de pessoas físicas que forem arrecadados pelo partido em qualquer das circunscrições de atuação partidária, e ainda com relação aos recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) que, forem revertidos para serem utilizados nas campanhas eleitorais de seus candidatos, nos termos definidos pela Direção Executiva Nacional do partido. Parágrafo Primeiro. Os valores repassados pela Direção Nacional para as Direções Estaduais do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, oriundos do Fundo Partidário, que não forem utilizados nas eleições de 2018 pelas direções estaduais ou por seus candidatos, deverão ser devolvidos à Direção Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA em data anterior o prazo final para a entrega das respectivas prestações de contas perante a Justiça Eleitoral. Parágrafo Segundo. Os valores oriundos do Fundo Partidário, serão repassados pela Direção Executiva Nacional do PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN / PATRIOTA, levando-se em consideração para definição de valores, as necessidades e potencialidades das campanhas eleitorais beneficiadas, com prevalência para as campanhas de deputados federais, visando que o partido ultrapasse a tal "Cláusula de Barreira Partidária", instituída pela Emenda Constitucional nº 97/2017. Artigo 4º. Os recursos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC que não forem utilizados nas campanhas eleitorais deverão ser devolvidos na sua integralidade para o Tesouro Nacional, no momento da apresentação da respectiva prestação de contas, nos termos da Lei 9.504/1997. Artigo 5º. Tanto a Direção Nacional do